

**DECRETO Nº 7.702 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.**

**DISPÕE SOBRE O REPARCELAMENTO  
DO VALOR TOTAL E DO SALDO  
REMANESCENTE DO IPTU DE 2019, SUA  
COBRANÇA E FORMA DE PAGAMENTO.**

O **PREFEITO DE CUIABÁ**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 41, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

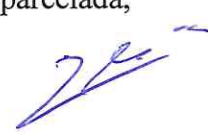
**Art. 1º** O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) referente ao exercício fiscal de 2019, que estiver com valor pendente de pagamento, poderá ser reparcelado em até 03 (três) parcelas mensais e consecutivas, no mês de dezembro de 2019.

**Parágrafo Único.** Poderá ser objeto do reparcèlement constante do caput deste artigo o valor total ou o saldo remanescente referente às parcelas do IPTU lançado no exercício de 2019.

**Art. 2º** Para fins do reparcèlement referido no artigo anterior, os débitos do IPTU do exercício fiscal de 2019 serão consolidados por inscrição cadastral, deduzidos os pagamentos efetuados, se for o caso, e o saldo total ou remanescente será dividido pelo número de parcelas, limitadas estas a 03 (três) parcelas.

§ 1º A dívida do IPTU consolidada em dezembro de 2019, a ser reparcelada, resultará da soma das seguintes parcelas:

I - do valor principal;



II - do valor da atualização monetária;

III - do valor das multas de mora;

IV - do valor dos juros de mora.

§ 2º Os débitos do IPTU objetos do parcelamento serão acrescidos de juros e multa de mora até o mês de dezembro de 2019.

**Art. 3º** O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas, observando-se que nenhuma das parcelas poderá ter valor inferior a R\$ 53,74 (cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos).

**Art. 4º** As datas de vencimento das parcelas do IPTU decorrentes do parcelamento de que trata este Decreto serão as especificadas no quadro abaixo:

PARCELA	VENCIMENTO
1	20-12-2019
2	20-01-2020
3	20-02-2020

**Art. 5º** As guias para pagamento do IPTU poderão ser retiradas nos postos de atendimentos indicados pelo Município ou via internet no site da Prefeitura Municipal de Cuiabá através do endereço eletrônico “<http://iptu.cuiaba.mt.gov.br/emissao-de-guia-do-iptu>”.

**Parágrafo único.** As guias correspondentes às parcelas 02 e 03 do parcelamento que trata o presente Decreto somente estarão disponíveis para emissão via internet no site da Prefeitura Municipal de Cuiabá a partir de 02 de janeiro de 2020.

**Art. 6º** Sobre as parcelas não adimplidas no vencimento serão aplicados juros e multa de mora, conforme previsto na legislação tributária vigente

**Art. 7º** O contribuinte que tenha emitido guia de IPTU durante o mês de dezembro de 2019, mas em data anterior à publicação do presente Decreto e cuja validade seja até o dia 30 de dezembro de 2019, poderá solicitar o parcelamento do IPTU relativo ao exercício 2019 até o dia 20 de dezembro de 2019.

**Art. 8º** No mês de janeiro do exercício fiscal de 2020, os valores das parcelas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, correspondente a 2,54% (dois inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento) acolhido pela Portaria nº 023/2019/SMF/GS, de 11 de novembro de 2019.

**Art. 9º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019.



**EMANUEL PINHEIRO**  
Prefeito de Cuiabá